



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

1
2

**RELATÓRIO E PARECER DA CENTRAL DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI),
SOBRE AS AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE,
EXERCÍCIO 2023**

CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

LEI: 2.335/2002, alterada pela Lei Municipal nº 2.878/2007

REGIMENTO INTERNO: Decreto nº 2.805/2002

PORTARIA: 1.428/2023

MEMBROS DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI):

Jóice Aparecida da Rosa Gervasoni, Coordenador de Controle Interno;

Lucilene Pires, Agente Administrativo;

Luciana Pereira Folharini, Agente Administrativo Auxiliar.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI), SOBRE AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, EXERCÍCIO 2023

A Central de Sistema de Controle Interno do Município, atendendo ao que determina o art. 2º, inciso IV, letra “I”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório sobre a gestão dos recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, no exercício 2023, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

1. ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual nº 5.028, de 13 de dezembro de 2022, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária em R\$ 44.007.920,00 (quarenta e quatro milhões, sete mil e novecentos e vinte reais).

De acordo com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, o percentual a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde é 15%, equivalente a R\$ 6.601.188,00 (seis milhões, seiscentos e um mil e cento e oitenta e oito reais) em relação à previsão da receita.

2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Com relação à receita arrecadada e às despesas realizadas ASPs, durante o exercício de 2023, cabem as seguintes considerações:

RECEITA	ARRECADADO (R\$)	VLR (R\$) CFE. MÍNIMO CONSTITUCIONAL (15%)
IRRF	1.361.133,88	204.170,08
IPTU	2.543.869,55	381.580,43
ITBI	804.566,27	120.684,94
ISS	2.042.562,76	306.384,41
FPM	22.061.696,52	3.309.254,48
ITR	10.942,39	1.641,36
TRANSF. FINANC. ICMS – DESONERAÇÃO LV/87	430.669,65	64.600,45
ICMS	8.552.829,63	1.282.924,44
IPVA	2.714.996,27	407.249,44
IPI	83.237,97	12.485,70
Deduções	-222.309,79	-33.346,47
TOTAL	40.384.195,10	6.057.629,27

Além das receitas destinadas constitucionalmente a este Município, foram arrecadadas as seguintes despesas:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ORIGEM	ARRECADAÇÃO (R\$)
Transf. Rec. Sist. Único Saúde-SUS – 17729000000000	448.669,65
Transf. Rec. Estado para programas de saúde Fundo a Fundo - 17719000000000	1.695.758,40
TOTAL	2.144.428,05

O total efetivo de recursos colocados à disposição da Secretaria de Saúde foi R\$ 8.202.057,32 (oito milhões, duzentos e dois mil, cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), proveniente da arrecadação Constitucional mais as transferências de convênios.

O quadro abaixo demonstra as despesas relacionadas à educação nos diversos projetos e atividades no exercício de 2023:

PROJ./ATIV.	DESPESAS SAÚDE CONSTITUCIONAL (R\$)	PROJ./ATIV.	DESPESAS SAÚDE CONVÊNIOS/LIVRES (R\$)
2105	88.063,39	2273	119,80
2107	178.639,34	1085	24.734,85
2110	1.383.369,51	2127	1.394.616,76
2279	1.709,80	2128	1.096.192,01
2106	4.516.237,91	2131	346.637,14
2113	76.461,38	2276	77.591,65
1032	522,00	2285	173.960,21
2115	54.601,06	2124	3.718.734,52
2116	474.166,92	2125	74.906,49
2118	411.883,90	2270	110.927,35
2259	30.000,00	1118	5.000,00
1085	899,00	2120	121.803,64
1129	48.500,00	1129	57.000,00
2124	3.063.559,70		
2136	334,48		
2125	107.111,05		
2270	56.321,88		
RP	0,00		
TOTAL	10.492.381,32	TOTAL	7.202.224,42

Recurso 40

R\$ 10.492.381,32

(-) Despesas Não Computadas

- R\$ 95.822,76

TOTAL

R\$ 10.396.558,56

CONCLUSÃO: A análise dos gastos com as ASPS demonstrou que o Município despendeu, efetivamente no exercício financeiro de 2023, o montante de **R\$ 10.396.558,56** (dez milhões, trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) o qual representa **25,74%** das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, totalizadas em R\$ 40.384.195,10 (quarenta milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), portanto atendendo o mínimo estabelecido pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012 e art. 77 da ADCT.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE

Verificamos que o Poder Executivo constituiu Fundo de Saúde, conforme a Lei Municipal nº 1.662/95, de 29 de dezembro de 1995, cujos recursos são fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Constatamos que as transferências obrigatórias incidentes sobre as receitas fiscais vinculadas à saúde estão ocorrendo para o Fundo Municipal de Saúde.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Foram efetuadas as prestações de contas e encaminhado o relatório de gestão ao Ministério da Saúde, mediante o encaminhamento da documentação à Secretaria Estadual de Saúde, referente às verbas repassadas diretamente pelos Fundos Nacionais e Estaduais de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde aos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, para a execução de programas e projetos específicos.

Estão sendo realizadas Audiências Públicas para avaliação das ações e dos gastos com saúde. (Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, § 5º).

É o Relatório.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER

Verificamos que a movimentação orçamentária e financeira das despesas com ações e serviços públicos em saúde, relativas ao exercício econômico e financeiro de 2023, foi efetuado de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade.

Identificamos que a aplicação dos recursos vinculados em ações e serviços públicos de saúde foram adequadamente cumpridos.

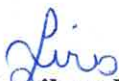
No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foram observadas.

Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

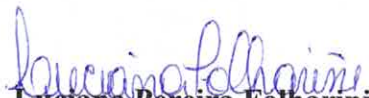
Considerando as análises realizadas, emitimos **parecer pela regularidade** da gestão dos recursos vinculados a ações e serviços públicos em saúde

É o Parecer.

Sobradinho, 15 de março de 2024.


Lucilene Pires
Membro da CSCI


Jóice A. da Rosa Gervasoni
Coordenadora do Controle Interno


Luciana Pereira Folharini
Membro da CSCI